



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PLP 76/03 - SUDENE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2129/03	DATA: 28/11/03
INÍCIO: 12h41min	TÉRMINO: 15h32min	DURAÇÃO: 02h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h51min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUCIANO MOREIRA - Representante do Governador do Maranhão
TADEU PALÁCIO - Prefeito de São Luís (MA)
FRANCISCO GOMES - Deputado Estadual (MA)
JOÃO REBELO VIEIRA - Representante da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
RICARTE ALMEIDA - Representante da sociedade civil e membro da Cáritas Arquidiocesana de São Luís (MA)
LUIZ CARLOS CANTANHEDE FERNANDES - Presidente da Associação Comercial do Maranhão
GILVAN ALVES DA SILVA - Vereador de São Bernardo do Maranhão (MA)
LUCIANO MOREIRA - Gerente de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão
VERA COSTA - Representante da Planeja Consultoria Empresarial
HAROLDO SABÓIA - Vereador de São Luís (MA)
CLEDENEUZA MARIA BIZERRA OLIVEIRA - Representante do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
NIVALDO - Presidente da CUT Estadual (MA)
PEDRO ESPÍNDOLA - Ex-diretor da SUDENE

SUMÁRIO: Debate sobre o Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, do Poder Executivo, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste —SUDENE

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão. Houve pequenas falhas na gravação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores representantes da sociedade civil, senhores jornalistas, damos início neste momento à audiência que vai debater, na Assembléia Legislativa de São Luís, o Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, do Poder Executivo, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Vamos convidar as autoridades e entidades que irão compor nossa Mesa e dar início aos trabalhos.

Convido o Sr. Luciano Moreira, representante do Governador do Estado do Maranhão, Sr. José Reinaldo Tavares (*Palmas*); o Sr. Tadeu Palácio, Prefeito de São Luís (*Palmas*); o representante do Presidente da Assembléia Legislativa do Maranhão, Deputado Carlos Alberto Milhomem; o Sr. Deputado Zezéu Ribeiro, Relator da Comissão Especial que discute a recriação da SUDENE, (*Palmas*). Convido também, se estiverem presentes, o representante da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão — FIEMA e o representante da sociedade civil, Sr. Ricarte Almeida.

Destaco a presença dos Deputados Federais César Bandeira, Washington Luiz e Wagner Lago, membros da Comissão Especial, e Costa Ferreira e Pedro Fernandes. Também estão presentes os Deputados Estaduais Antonio Pereira, Francisco Gomes, Helena Heluy, Fortunato Macedo e Domingos Dutra.

Convido também o Sr. Luiz Carlos Cantanhede, representante da Associação Comercial do Maranhão. (*Palmas*.)

Neste momento, passamos a palavra ao Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, que fará explanação sobre como trabalhar no dia de hoje e também sobre os objetivos da nossa vinda ao Maranhão.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - Bom-dia a todos. Sra. Presidenta, Deputada Terezinha Fernandes, Sr. Prefeito, Dr. Tadeu Palácio, senhores representantes da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, da classe empresarial, dos trabalhadores e da sociedade civil, Deputados Estaduais, demais presentes, fomos escolhidos Relator da Comissão Especial que irá discutir a recriação da SUDENE. O Presidente Lula entendeu que deveria recriar a SUDENE — e assumiu esse compromisso durante a campanha eleitoral — por intermédio de um projeto de lei complementar. A antiga SUDENE foi extinta por uma medida provisória; em seu lugar, foi criada a ADENE, que não funcionou até hoje.



O Presidente Lula encaminhou o projeto ao Congresso Nacional. Foi constituída Comissão Especial para discutir o tema, tendo em vista que o projeto teria de ser enviado a mais de 4 Comissões, além da urgência constitucional para aprová-lo. O prazo para urgência constitucional é curto e ainda ficamos ocupados com a reforma tributária.

Na condição de Relator, solicitei a suspensão da urgência constitucional. Fizemos outro trabalho, tendo em vista as conseqüências da reforma tributária sobre a nova SUDENE. Resolvemos, então, fazer uma caminhada pelo Nordeste — e não só pela Região, pois entendemos que a questão nordestina envolve toda a Nação. Por isso, realizamos reuniões fora do Nordeste também para discutir a situação nordestina e a recriação da SUDENE.

Nessa empreitada, procuramos privilegiar as Assembléias Legislativas, embora tenhamos realizado encontros em universidades, no SEBRAE e nas Câmaras de Vereadores. Entretanto, temos dado mais destaque às Assembléias Legislativas, ou seja, temos conclamado as bancadas estaduais e demais representações da sociedade para nos ajudar na recriação da SUDENE. É o nosso intuito aqui também.

Primeiramente, penso que o Relator deve fazer uma pequena intervenção para situar a discussão; em seguida, o debate com sociedade, que tem contribuído muito com nosso trabalho; e, por fim, no encerramento mesmo, prestar os esclarecimentos necessários.

Retorno a palavra à Presidenta, para que S.Exa. dê encaminhamento aos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Passo a palavra ao Sr. Luciano Moreira, representante do Governo do Estado, que fará sua saudação e considerações acerca do tema.

O SR. LUCIANO MOREIRA - Sra. Presidenta, Deputada Terezinha Fernandes, Sr. Deputado Zezéu Ribeiro, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados Estaduais, minha intervenção será apenas para dar as boas-vindas aos participantes deste encontro e ressaltar minha satisfação por participar de tão importante debate sobre a recriação da SUDENE, instrumento de desenvolvimento da nossa Região, em especial do Estado do Maranhão.



Este é o segundo evento que discute a SUDENE no Maranhão. Anteriormente, com a presença da Profa. Tânia Bacelar, o Governo do Estado patrocinou audiência pública de grande valia para discussão de propostas alternativas sobre a recriação da SUDENE. Esse evento se deu quando a Comissão pensava o modelo de recriação da SUDENE no âmbito das discussões técnicas.

Hoje, a instância é política, também muito importante no sentido de mobilizar nossa representação na Câmara dos Deputados para apoiar instrumento essencial ao Estado do Maranhão.

Parabenizo a iniciativa do Sr. Relator, do Presidente da Comissão Especial e da Deputada Terezinha Fernandes em proporcionar a realização deste debate.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Sr. Luciano Moreira.

Passo a palavra ao Prefeito Tadeu Palácio, para sua saudação.

O SR. TADEU PALÁCIO - Deputada Terezinha Fernandes, Deputado Zezéu Ribeiro, demais companheiros da Mesa, Srs. Deputados Federais e Estaduais, autoridades presentes, senhoras e senhores, é de grande importância e valia esta reunião que trata da recriação da SUDENE, proposta de campanha do Governo Lula.

Não poderia ser diferente. Quando o Presidente verificou a real situação dos Estados nordestinos, S.Exa. pode perceber que seria preciso realmente dar novo impulso à recriação dessa empresa, que, ao longo de sua existência, não vinha cumprindo as metas propostas por Celso Furtado, seu criador.

Tenho absoluta certeza de que a Superintendência, sob o comando do Ministro Ciro Gomes e com o apoio do Presidente Lula, exercerá seu papel, não cumprido de maneira satisfatória quando da sua criação, de desenvolver a região nordestina, gerando emprego e renda para aquela população.

Ficamos muito felizes por participar com V.Exas. desta reunião em nossa cidade.

Sejam todos bem-vindos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) – Agradecemos ao Prefeito Tadeu Palácio.

Passamos a palavra ao Deputado Francisco Gomes, representante do Presidente desta Casa, Deputado Carlos Alberto Milhomem.



O SR. FRANCISCO GOMES – Sra. Deputada Terezinha Fernandes, Srs. Deputados Federais componentes desta Comissão Especial, em nome do Deputado Carlos Alberto Milhomem, damos as boas-vindas a todos e louvamos o fato de que este debate se realize aqui na Assembléia Legislativa, Casa do povo do Maranhão e também do Brasil. Estamos seguros de que estaremos prestando todo o apoio necessário para que esta reunião ocorra da melhor forma possível.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) – Obrigada, Deputado Francisco Gomes.

O projeto apresenta as diretrizes gerais dessa nova superintendência. É fundamental que procuremos discutir principalmente 3 aspectos. O primeiro deles diz respeito a que tipo de desenvolvimento esperamos seja implementado na Região Nordeste. Queremos partir do pressuposto de que a SUDENE precisa de planejamento estratégico que repense esta Região e que, a partir do projeto de desenvolvimento nacional, tenhamos um projeto de desenvolvimento regional que garanta efetivamente a inclusão das milhares de famílias e pessoas que hoje vivem em dificuldade.

É importante que não vejamos a SUDENE — inclusive, o Ministro Ciro Gomes faz questão de destacar isso — apenas como instrumento de desenvolvimento econômico, mas também como importante vetor para a inclusão social. O desafio a nós apresentado é de que forma a SUDENE vai efetivamente contribuir para a inclusão social na Região Nordeste, não apenas promovendo desenvolvimento econômico, mas também social e ambiental, enfim, como contribuirá para a mudança na qualidade de vida dessa população.

O segundo aspecto, muito importante e que deve ser profundamente discutido, é de onde virão os recursos que vão patrocinar, financiar esse projeto de desenvolvimento que estamos construindo conjuntamente para esta Região. Na reforma tributária está prevista a criação de um fundo de desenvolvimento regional, com recursos oriundos do IPI e do IR, que deverão ser destinados a esse tipo de financiamento, ou seja, do desenvolvimento regional. Mas estamos preocupados, porque há possibilidade de que esse fundo venha a ser rateado entre os Estados. Essa é a preocupação que temos, na condição de membros desta Comissão, mas



também de representantes da Região e do Congresso Nacional, porque, com isso, fragilizaremos efetivamente o projeto de desenvolvimento pelo qual tanto ansiamos.

Por último, é importante destacar também o controle social, de que forma deveremos construir esse novo projeto para que, em seu conselho deliberativo, estejam presentes os setores que irão efetivamente garantir a transparência e que os recursos destinados aos empreendimentos cheguem efetivamente ao seu destino, para evitar o processo de corrupção a que foi submetida essa Superintendência no passado, o que resultou na extinção do órgão, em 2001.

Não estamos colocando camisa-de-força em ninguém. Pode-se debater tudo. Agora, fazemos questão de frisar pontos importantes, sobre os quais procuraremos discutir mais detidamente nesta audiência.

Este debate precisa evoluir no sentido de garantir a inclusão do Maranhão, Estado que hoje apresenta um dos piores indicadores do Brasil.

A região do Baixo Parnaíba, Deputado Zezéu Ribeiro, da qual sou originária, é a mais pobre do Maranhão. Temos lá os piores indicadores. Então, nesta audiência pública, temos de discutir a inserção do Maranhão no processo de desenvolvimento, no sentido de promover a integração do Estado às Regiões Norte e Nordeste, enfim, ao Brasil, para que nosso povo tenha melhores condição e qualidade de vida.

Portanto, com esse objetivo estamos aqui hoje promovendo o debate, chamando todos os setores da população para participarem conosco da discussão.

A SUDENE é um instrumento valiosíssimo, criada no Governo Juscelino Kubitschek, portanto, há mais de 40 anos, que precisa ser reestruturado e, claro, não mais nos mesmos moldes. Naquela época, os objetivos foram atendidos. O problema foi o processo de transformação, desmonte e corrupção que se abateu sobre a Superintendência. Mas, como disse, ela cumpriu seus objetivos no início de sua criação.

Precisamos, dentro dessa nova realidade, recriar esse instrumento de desenvolvimento da nossa região. E o Maranhão, Deputado Zezéu Ribeiro, tem ainda o privilégio de integrar tanto a SUDENE, quanto a SUDAM.

Então, temos instrumentos efetivos para desenvolver nosso Estado. Os mais diversos setores da sociedade precisam estar unidos — dirigentes, empresariado, trabalhadores — neste novo momento que vive o Brasil.



Vou passar a palavra aos demais integrantes da Mesa, para que também possam dar sua contribuição ao projeto. Antes, porém, destaco a presença do Deputado Paulo Marinho — S.Exa. acaba de chegar — e do ex-Deputado Deoclides Macedo, que também participa deste momento importante.

Concedo a palavra ao Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO – Retorno a esta Casa para conversar com V.Exas. a respeito da SUDENE.

Quando o Partido dos Trabalhadores pensa o Brasil e quando construiu junto com outras forças um programa para o Brasil e para o Nordeste, privilegiamos a questão do planejamento como instrumento de gestão fundamental. Nós, no Brasil, perdemos o planejamento de longo prazo. Vivemos o pragmatismo da solução imediata. Isso gerou problemas como o apagão, por exemplo.

Então, temos que pensar o Brasil a longo prazo e como um todo, não só um determinado segmento ou uma região. Temos de restaurar o processo de planejamento de longo prazo, discutindo a realidade regional dentro do marco nacional e fazer esse planejamento com controle social; ou seja, a sociedade tem de acompanhar, definir prioridades e ajudar a construir alternativas.

Portanto, o projeto da SUDENE vem com esses paradigmas. Não vem como medida provisória, mas como projeto de lei complementar, sujeito a ampla discussão social, absorvendo as forças vivas da sociedade e buscando compreender a questão regional como nacional.

Que leitura fazemos do projeto original da SUDENE de Celso Furtado, a SUDENE do Brasil dos anos 50, quando a defasagem era grande e praticamente não havia processo de planejamento? Os Estados e Municípios eram extremamente debilitados no que diz respeito à infra-estrutura. Tínhamos então uma SUDENE com forte conselho deliberativo, com capacidade de decisão e extremamente executora. Conversando com Celso Furtado, ele dizia: *“Deputado Zezéu, precisávamos furar poços, mas no Nordeste não havia pessoal para isso”*. A SUDENE teve de montar uma empresa para furar os poços, porque não havia técnicos qualificados. Um dos maiores papéis da SUDENE foi formar um contingente de extraordinários planejadores neste Brasil.

Portanto, a SUDENE teve papel determinante quando ainda funcionava em seu projeto original. Depois, passou por um período de planejamento a longo prazo,



mas um processo tecnocrata e burocratizado, na época da ditadura militar. Por último, após se esvaír, acabou se resumindo ao FINOR, instrumento inclusive de muita manipulação.

Então, não estamos fazendo nem a SUDENE com a nostalgia dos anos 1950, 1960, de Celso Furtado, nem a SUDENE da tecnoburocracia, muito menos a SUDENE dos últimos anos, que se resumiu ao FINOR. Ou seja, o grande desafio é sabermos qual será a nova SUDENE e para que Nordeste, no terceiro milênio? Como montarmos hoje uma estrutura pensando no longo prazo?

Quero destacar o papel desenvolvido pelo Ministro Ciro Gomes e pela Economista Tânia Bacelar na discussão com a sociedade e na montagem desse novo projeto, com o intuito de criar um órgão de planejamento, articulação e fomento.

O processo de planejamento a longo prazo, como já me referi, é importante para definirmos e incorporarmos essas prioridades, compreendendo a própria diversidade do Nordeste e o papel que teve a SUDENE. Este órgão alavancou o desenvolvimento da região, mas o restringiu às Capitais, ao litoral, particularmente a Salvador, Recife e Fortaleza. Por quê? Porque tratava homogeneamente todo o Nordeste. Os incentivos e os benefícios eram para o Nordeste como um todo. Então, eles eram aplicados onde havia maiores vantagens, em razão das localidades, o que resultou numa concentração desses investimentos.

Então, como implantar um processo de planejamento que leve em conta as diferenças regionais? Deve-se trabalhar sobre as macrorregiões, mesorregiões e microrregiões geográficas e homogêneas, identificando as locações, suas potencialidades, complementando as cadeias e os arranjos produtivos e fazendo investimentos nas externalidades, principalmente porque dessa forma se socializa efetivamente o investimento público. Não se trata de investimento na produção, mas que beneficia o processo produtivo: a infra-estrutura hídrica, de comunicação, transporte, energia, ciência e tecnologia, capacitação laboral e gerencial.

Portanto, reconhecendo as vocações, incorporando valor à produção e fazendo a distribuição desse agregado de valor na própria região, poderemos determinar que regiões necessitam de uma injeção maciça de recursos, durante um certo tempo, até que não precise mais dos incentivos. Temos de mudar aquela situação. Quer dizer, se os incentivos acabam, passamos a ter os cemitérios de



empresas. Então, primeiro temos de incentivar para depois de um determinado momento não precisarmos mais aportar recursos, incorporando isso ao processo.

Esse é o desenho da SUDENE como mecanismo de planejamento e de articulação dos órgãos. É importantíssimo, pois no Nordeste brasileiro o DNOCS não se relacionava com a CODEVASF. Cada um tratava do mesmo objeto com definição territorial e políticas inteiramente distintas; nem se reuniam. Transformaram-se em meros balcões de negócios. Essas estruturas, Deputado Dutra, serviam para as emendas parlamentares. Não há nada mais patrimonialista na sociedade brasileira do que as emendas parlamentares, ou seja, a propriedade da emenda é do Parlamentar que viabiliza a sua execução. Esse processo não é republicano e precisamos trabalhar para modificá-lo. Esta é a triste história: o Parlamentar fica dono daqueles recursos e promove uma disputa entre órgãos, entre Estados e entre os próprios Parlamentares, formando verdadeiros feudos em torno desses órgãos.

Como reformular e dar um caráter republicano à atuação desses órgãos, em que as prioridades sejam definidas pela sociedade como um todo e se possa alocar recursos de forma coordenada? Com articulação entre os órgãos e não só entre os órgãos do Nordeste.

É uma outra preocupação muito grande que temos tido, porque passam ao pessoal do Sul e Sudeste o seguinte: o Nordeste já tem o Banco do Nordeste; o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil ficam para o Sudeste. Não pode ser assim. Precisa haver articulação entre todos os órgãos, cada um com sua especificidade e sua definição.

O Banco do Nordeste tem papel importantíssimo nesse processo, mas não é o único instrumento de financiamento para o desenvolvimento do Nordeste. É preciso sabermos como os outros trabalham e como engajá-los nesse processo.

Aí é necessário o trabalho de articulação com os governos dos Estados e dos Municípios, porque não teremos mais uma SUDENE operativa. Quem vai efetivamente desenvolver as ações definidas serão os Governos estaduais e municipais e mais as estruturas como o DNOCS e CODEVASF, principalmente.

Como foi desenhada essa estrutura? Com um conselho deliberativo forte e enxuto. Uma das grandes polêmicas nesse processo ocorreu porque se horizontalizava o conselho deliberativo para que absorvesse as mais diversas forças da sociedade. Vinham as reivindicações das universidades federais que



participavam do conselho, igualmente as reivindicações do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais. Assim, o DNOCS sentiu-se em condições de reivindicar o mesmo, assim como a CODEVASF, começando, portanto, a horizontalização do processo de decisão. Pareceu-nos que isso levou à perda de poder do conselho deliberativo, pois as decisões ficaram muito horizontalizadas.

Vamos ver como concentrar esse tipo de questão. A proposta que estamos levando inclusive hoje à reunião de Governadores que se realiza na Paraíba é que o conselho seja fundamentalmente paritário entre Governadores e Governo Federal, mais a representação do empresariado, dos trabalhadores e das Prefeituras. Seria um conselho mais enxuto, com 3 representantes de cada um dos setores, 11 Governadores e 11 representações do Governo Federal, entre elas a Superintendência da SUDENE e a Presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Deve ser um conselho que se reúna duas vezes por ano, para definição de diretrizes e prioridades, presidido pelo Presidente da República. Esse conselho deve estar articulado com os comitês gestores, que buscarão operacionalizar as políticas daí demandadas.

Cada um dos comitês gestores — estes, sim, com ampla participação da sociedade civil — terá a sua característica e a sua prioridade. Por exemplo: o comitê de capacitação, de inovação tecnológica, de ciência e tecnologia terá participação determinante das universidades. O comitê de gestão de ações locais, de arranjos produtivos, no âmbito regional, terá participação efetiva das representações do empresariado e, particularmente, das Prefeituras. E assim cada comitê gestor, a partir das diretrizes e prioridades definidas no conselho deliberativo, terá o seu âmbito de atuação trabalhando de forma transversal com os demais comitês gestores e, de forma permanente, acompanhando a gestão e o repasse dos recursos para Governos estaduais e municipais, a partir do reconhecimento das necessidades.

Esse é o desenho que estamos elaborando para a gestão, para promover transparência e controle social sobre as ações realizadas.

É um conselho forte. Com ele, daremos força política ao órgão. Precisa-se ter o outro braço, que é a capacidade econômica, como disse a Deputada Terezinha Fernandes: com que recursos a SUDENE vai poder trabalhar e interferir nesse processo? Aí vem a proposta que estava embutida no projeto da reforma tributária,



qual seja a criação de um fundo nacional de desenvolvimento regional. Trata-se de um fundo nacional, não localizado territorialmente, destinado a todo o País e com a finalidade de trabalhar as defasagens encontradas.

Onde a defasagem é maior? A defasagem é maior na região... *(Falha na gravação.)*

Outra comparação importante é que não são mais as macrorregiões que definem isso. Há regiões em processo de pauperização no Sul, no Sudeste e até no Centro-Oeste, mesmo sendo Região em que se verifica crescimento enorme, já identificada como nova fronteira agrícola.

Temos também as disparidades intra-regionais, que precisamos superar. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional trabalharia com esse critério. Estamos propondo a retomada dessa idéia, porque hoje não existe mais fundo nacional de desenvolvimento regional.

Tenho alertado os Governadores do Nordeste sobre o viés paulistano desse processo. O que aconteceu? Para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional estavam previstos esses critérios. Os Governadores começaram a reivindicar uma contrapartida, um fundo de compensação, para as possíveis perdas na reforma tributária, particularmente em relação ao ICMS. E foi-lhes oferecido o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Acho que caberia aos Governadores dizerem: “Esses recursos já são nossos, porque é no Nordeste onde está o maior *gap*, a maior diferenciação entre população — 28% — e Produto Interno Bruto, pois representamos apenas 13%”. Portanto, em uma equação como essa, 54% dos recursos iriam para o Nordeste. Os Governadores deveriam dizer que os recursos já seriam do Nordeste e que houvesse compensação com recursos de outro local. Mas não o fizeram e caíram nisso. Escorregaram na casca de banana.

Esses recursos não são para investimento em externalidades, pois ficaram vinculados ao financiamento do processo produtivo. Também já temos esse dinheiro, que é do FNE, oriundo do processo de vinculação de recursos do BNDES para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos — CAE, no Senado Federal, e com certeza vai representar não os 35%, possivelmente, mas uma parte significativa disso.

Também há os fundos setoriais e temos que nos ater aos mecanismos de controle, particularmente sobre o fundo de desenvolvimento da ciência e tecnologia,



pois 30% deste tem de ser investido na Região. Ainda não alcançamos 12% e temos que trabalhar para isso.

Temos possibilidades de recursos, porém é preciso gerenciamento e direcionamento dos recursos. Teríamos recursos para externalidades no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, mas foi mudada a sua finalidade e forma. Na medida em que se definiu a territorialidade com o plano da reforma tributária, abdicou-se da política de desenvolvimento regional, pois já se localizou os recursos. E aí quem tem unha sobe na parede e grita: tem que ir para o nordeste do Rio Janeiro. Por fim, contempla-se o nordeste do Rio de Janeiro, para se aprovar a reforma, e ficamos nessa debilidade.

Conclamo a Assembléia Legislativa do Maranhão a se posicionar em relação a isso; a aprovar um moção ou coisa que o valha, para que nos dirijamos aos Governadores de Estado, particularmente. Tenho alertado que, entre os Governadores do Nordeste, três foram Superintendentes da SUDENE — os Governadores José Reinaldo, Cássio Cunha Lima e Paulo Souto — mas estão deixando passar uma coisa dessas.

E como recuperar esses recursos para o Nordeste? Esses recursos estão sendo operacionalizados, as diretrizes e as prioridades vão ser definidas no Conselho Deliberativo e depois a aplicação dos recursos virá para os Governos dos Estados e Municípios.

A essa equação precisamos responder e assegurar que a divisão dos recursos na questão macro seja algo semelhante ao FPE. Não podemos nos restringir aos critérios do FPE, porque assim se faz somente a distribuição nacional, enquanto deve ser ela também regionalizada. Então, temos que trabalhar uma equação dessas.

Nossa expectativa é a de que nesta reunião de hoje tenhamos feito chegar aos Governadores essa posição. Estamos conversando com autoridades do Governo central em relação a isso, para podermos reverter esse quadro e assegurar recursos para o Nordeste.

Entendemos que esse desenho realizado assegura à SUDENE a capacidade de fazer planejamento de longo prazo, articular as ações dos diversos órgãos federais, estaduais e municipais e envolver a sociedade civil, recuperando o desenvolvimento do Nordeste. Vamos poder intervir e dar contrapartida aos



investimentos privados e públicos das demais instâncias, no sentido da alavancagem dos processos produtivos e das locações microrregionais. Estaremos, portanto, contribuindo para superar essa nossa debilidade e dar uma alavancagem ao Nordeste.

É com muita esperança que me dirijo a vocês. Sei que virão contribuições que nos ajudarão a firmar um projeto de SUDENE democrático e com capacidade política e econômica de alavancar as nossas regiões mais debilitadas, integrando o Nordeste ao Brasil e acabando com as nossas diferenças intra-regionais. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) – Muito bem, Deputado Zezéu.

Gostaria de destacar a presença dos Srs. José Cursino Raposo, Gerente-Adjunto de Planejamento; Isaías Matos, Superintendente do Banco do Nordeste; Ivaldo Coqueiro, da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca no Maranhão; Gilvan Alves da Silva, Vereador petista do Município de São Bernardo; e da Sra. Cledeneusa Oliveira, do Movimento de Quebradeiras de Coco do Maranhão.

Também destaco a presença do Deputado Rigo Teles e da Deputada Telma Pinheiro, que já se encontram nesta Casa também. Sejam bem-vindos.

Estão também presentes o representante do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, Sr. Ribamar Araújo, e o Vice-Presidente do PT Estadual do Maranhão, Sr. Augusto Lobato.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. João Rebelo Vieira, representante da FIEMA neste evento.

O SR. JOÃO REBELO VIEIRA – Sra. Presidenta destes trabalhos, Deputada maranhense que nos honra com sua presença hoje, Deputado Zezéu, Sr. Prefeito, representante do Governador, Presidente da Associação Comercial, demais membros da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, até me emociona voltar à tribuna depois de tantos anos. Estou enferrujado por falta de uso desse instrumento, mas vou aproveitar esta oportunidade para dizer, primeiramente, que sou originário da SUDENE, onde comecei minha vida profissional, em Pernambuco, e cheguei ao Maranhão pelas mãos daquele órgão. Portanto, tenho um pouco dessa história na minha vida.



Em resumo, digo o seguinte: a SUDENE antiga captou bem a posição do Maranhão no processo de desenvolvimento no Nordeste, mas não deu o tratamento que o Maranhão merecia já naquele primeiro momento. O primeiro Plano Diretor da SUDENE, chamado 1º PDN, entendia que o Maranhão era o último elo de uma corrente migratória da população expulsa do Nordeste, normalmente por duas razões: a seca e as questões estruturais intrínsecas de uma região com grandes latifúndio e dificuldades econômicas e sociais.

Então, entendeu a SUDENE que o Maranhão seria o último elo dessa corrente e criou um grande programa, Projeto de Colonização do Nordeste, que depois recebeu vários nomes ao longo do tempo, acabando por se chamar COLONE. Começou com Projeto de Povoamento do Maranhão, PPM; passou para GIPM, Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão; PCAT, Projeto de Colonização do Alto Turi, e, finalmente, COLONE, Programa de Colonização do Nordeste.

Pois bem. A SUDENE adotou uma política colonialista em relação ao Maranhão, ou seja, tratou o Estado como um repositório de pessoas que vêm de outros Estados do Nordeste, mas não deu a contrapartida necessária a essa posição estratégica, tanto é que continuamos sendo o Estado menos industrializado e desenvolvido do Nordeste. Em compensação, ofertamos naquele momento uma grande contribuição que foi a retenção dessa população migratória, com grandes efeitos sociais para o Brasil como um todo.

Esse é o primeiro ponto a que me refiro para chamar a atenção das autoridades do Maranhão, que devem estar alertas para esses fatos históricos. Por exemplo, a priorização da SUDENE nesta reformulação é o semi-árido, e o Maranhão não faz parte dessa área. Pelo contrário, de Parnaíba para cá não é mais semi-árido. O Maranhão já foi muito sacrificado por esta compreensão e postura: a irrigação demorou para chegar, em razão desse entendimento de que irrigação é para o semi-árido e não para o Maranhão, onde chove muito, tem bastante água e não merece os projetos, as vantagens e os incentivos para essa atividade no Nordeste.

A compreensão da SUDENE de que a prioridade é o semi-árido se alterou um pouco, mas não o suficiente. Ora, nessas circunstâncias de uma nova postura da SUDENE sobram os incentivos fiscais. Vou pedir, inclusive, ao Deputado Zezéu que



nos diga qual a nova compreensão sobre os incentivos fiscais. Sob nosso ponto de vista — na verdade, vim aqui acompanhando o Prefeito, de quem sou assessor, mas fui captado também como representante da FIEMA, onde trabalho —, os incentivos fiscais devem permanecer, pois o Maranhão ainda precisa deles para o adensamento das cadeias produtivas que existem.

O Maranhão, neste momento, depende muito desses incentivos para adensar as cadeias produtivas do Estado, sob pena de perder o ritmo de desenvolvimento, o qual precisamos acelerar.

Evidentemente que, por outro lado, só adensamos as cadeias produtivas, ou seja, só avançamos no setor privado, principalmente da industrialização, se o Governo der a sua contrapartida: gerar a competitividade sistêmica. É função do Governo gerar infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra, enfim, os mecanismos próprios, como educação, de que o Maranhão depende muito para se desenvolver. Devem ser projetos de governo.

O Maranhão precisa ainda dos 2 recursos: os regulares do órgão de desenvolvimento e os especiais, oriundos dos incentivos fiscais, estes ainda por algum tempo. Não somos daqueles que advogam incentivos fiscais permanentes para determinado local. Devem ser alterados setorial e espacialmente. Mas neste momento o Maranhão precisa das duas coisas para sair desses indicadores que todos conhecemos e que estão sendo tornados públicos e referenciados nesta reunião.

A posição da FIEMA é a de que se analise bem essa questão de prioridade para a região mais seca do Nordeste, que possivelmente marginalizará o Maranhão das grandes decisões; que se mantenham os incentivos fiscais e que se incorpore o Maranhão nos programas regulares da SUDENE, para gerar a competitividade sistêmica capaz de acelerar o nosso desenvolvimento.

Ainda uma última sugestão: que seja revisada uma orientação anterior de que o Conselho se reunirá de 6 em 6 meses, com a presença do Presidente da República. Acho um intervalo muito grande para que essas reuniões ocorram. O Presidente da República, sim, deve vir de 6 em 6 meses, mas o Conselho pode se reunir bimensal ou mensalmente, como era no passado.

O esvaziamento dos Governadores do Conselho se deu pelo próprio esvaziamento da entidade como um todo. É evidente que um Governador não vai a



uma reunião que não leva a nada. Mas se a entidade volta forte à ativa, lógico que terá a presença dos Governadores.

Sugiro também que essa questão seja revista e que o período não seja de 6 meses, Deputado, mas que o Conselho se reunisse de 2 em 2 meses, por exemplo, e de 6 em 6 meses com a presença do Presidente da República.

Essas eram as minhas considerações. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Registro a presença do Sr. Pedro Marinho, que representa a Comissão Pastoral da Terra.

Convido o representante da sociedade civil, Sr. Ricarte Almeida.

O SR. RICARTE ALMEIDA - Sr. Luciano Moreira, representante do Governador, Sr. Prefeito Tadeu Palácio, Deputada Terezinha Fernandes, Deputado Zezéu Ribeiro, Deputado Francisco Gomes, Dr. João Ribeiro, Dr. Cantanhede, senhoras e senhores, este é um exemplar do relatório de um grande projeto que veio acompanhado de algumas conseqüências nefastas para as comunidades envolvidas, Projeto Tabuleiros, financiado pelas agências ditas de desenvolvimento.

O Maranhão é um dos Estados que têm atraído grandes investimentos nos últimos anos do setor empresarial. A produção de soja se alastra por todo o Baixo Parnaíba, ameaçando famílias, aumentando os conflitos rurais no campo, tudo em nome do desenvolvimento.

Gostaria de fazer minha intervenção nesse viés da nova SUDENE e o desenvolvimento sustentável no Maranhão. Em que pese todo esse grande volume de investimento feito no Maranhão, com as grandes siderúrgicas, com a implantação de grandes empresas que vieram acompanhadas no Projeto Carajás, por exemplo, o Maranhão, invariavelmente, a cada pesquisa, reforça seu quadro de desigualdade social.

Os indicadores sociais do Maranhão são os mais lastimáveis possíveis. Que desenvolvimento é esse que queremos para o nosso Estado? É o que só concentra riqueza e amplia e aprofunda o quadro de desigualdades sociais? É sobre isso que gostaríamos de chamar a atenção nesta oportunidade de discussão acerca do ressurgimento de uma nova SUDENE.

A SUDENE como instrumento de combate às desigualdades sociais e regionais. É importante esse espaço, que se coaduna com todo o nosso espírito de



luta — nós, representantes da sociedade civil presentes e de outras organizações; eu integro a Cáritas —, para ampliar o controle social nas políticas públicas.

Quanto ao combate às desigualdades sociais com o surgimento da SUDENE. Esperamos que ele venha dentro de novos critérios: de inversão de prioridades, preocupação com a dimensão ambiental, participação social e o controle social sobre os recursos públicos e valorização das pequenas iniciativas. Uma sustentabilidade que contemple não somente um ecologismo contemplativo, mas que valorize uma convivência harmoniosa e equilibrada do homem e da mulher com os recursos naturais, e aí compreendendo a natureza com a dimensão de recursos naturais e de que é preciso estabelecer estratégias de convivência. O semi-árido do Nordeste, muitas vezes, foi tratado como uma questão de combate e não de convivência.

A invasão da soja ameaça agora todo o ecossistema do cerrado no Maranhão. Esse bioma riquíssimo que precisa ser tratado com respeito, delicadeza e com uma preocupação de convivência, está seriamente ameaçado.

Sustentabilidade é sem dúvida também fomentar a participação popular na definição, acompanhamento e controle de políticas e projetos como este. Portanto, a nova SUDENE deve passar indiscutivelmente pela necessidade imperativa do controle social.

O Maranhão, com tanta potencialidade, ainda tem de conviver com os índices insuportáveis de desigualdades sociais, ao ponto de todo o Estado estar dentro do Programa Fome Zero. Essa situação de desigualdade foi fortalecida por organismos oficiais ditos de desenvolvimento, como a própria SUDENE e o Banco do Nordeste.

A nova SUDENE deve contemplar outros princípios verdadeiramente de inclusão social, ou seja, garantindo a inversão de prioridades como condição precípua.

Outro elemento fundamental que deve ser incorporado no novo projeto da SUDENE é a importância das pequenas iniciativas. Volto a dizer que os grandes projetos no Maranhão invariavelmente sempre vieram acompanhados de conseqüências danosas para os pequenos produtores e para segmentos étnicos em nosso Estado. Comunidades quilombolas e povos indígenas têm pago um preço altíssimo em nome do desenvolvimento.



Os grandes projetos sempre são pensados de fora para dentro, de cima para baixo, sem ouvir os segmentos verdadeiramente interessados e envolvidos. Daí a errônea concepção, a corrupção, o desperdício de recursos públicos, a devastação ambiental, a desagregação social são conseqüências muito perversas e comuns desses grandes projetos.

Sem muito esforço, é possível lembrar 4 grandes projetos, desses ditos grandes, que apresentaram essas conseqüências, sempre em nome do desenvolvimento: O Salangô, o Flores, o Dimbó e o Tabuleiros. Afora outros grandes projetos empresariais que só serviram para transferir recursos públicos para a esfera privada. Em vez de distribuírem renda e combater desigualdades sociais, só reforçaram o elitismo e o caráter patrimonialista a que o Deputado Zezéu Ribeiro acabou de se referir.

São exemplos acabados, ou mal-acabados, que, ao contrário de promover o desenvolvimento, têm contribuído com o aprofundamento do quadro de miséria e desesperança em nosso Estado.

É com essa esperança — não quero falar só de pessimismo, mas de esperança também — que a nova SUDENE vem numa outra direção, mas que nos inquieta quanto aos mecanismos de garantias de critérios ambientais que serão levados em conta.

Mecanismos de participação e de controle social. Como isso será garantido verdadeiramente, a partir das comunidades envolvidas nos projetos que serão financiados e apoiados pela SUDENE?

Deve haver também mecanismos de transparência, porque os grandes projetos e essas agências de desenvolvimento invariavelmente estão envolvidos em grandes níveis de corrupção, a exemplo do Projeto Tabuleiros e de outros que estão por aí, que só beneficiaram, com a construção da infra-estrutura, grandes empreiteiras. Mesmo assim, depois de construída, o projeto é abandonado e os trabalhadores ainda são culpados pelo prejuízo de que são vítimas.

Por último: mecanismos de valorização de pequenas iniciativas. A Cáritas nesse período está envolvida no Projeto Um Milhão de Cisternas, no Maranhão. A Cáritas historicamente também tem apoiado pequenas iniciativas produtivas e está mais do que provado que essas pequenas iniciativas, evidentemente, criam



condições de combater a miséria, gerar emprego em todas as regiões do nordeste brasileiro.

É neste sentido que esperamos que a SUDENE possa ser recriada segundo essa nova orientação, que aponta também a preocupação do Governo Lula, com a sensibilidade que S.Exa. historicamente construiu ao longo de uma vida sempre pautada pela participação popular, com os princípios democráticos e de transparência.

É assim que, na condição de representante da sociedade civil, levantamos essas preocupações para esse novo projeto da SUDENE.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigado, Sr. Ricarte.

Estão presentes também representantes do Banco do Brasil, da FETAEMA, da ASSEMA, do Fórum Carajás, da CUT do Maranhão e do Instituto de Arquitetos do Brasil, na pessoa de sua Vice-Presidenta Maria Laís da Cunha Pereira.

Passo a palavra ao Presidente da Associação Comercial do Maranhão, o Sr. Luiz Carlos Cantanhede.

O SR. LUIZ CARLOS CANTANHEDE FERNANDES - Sra. Deputada Terezinha Fernandes, Sr. Deputado Zezéu Ribeiro, Sr. Prefeito Tadeu Palácio, Luciano e demais componentes da Mesa, diferentemente do nosso colega João Rebelo, não fui Parlamentar, estou como que debutando neste púlpito e espero trazer as contribuições que nos foram solicitadas.

Entendemos que o desenho aqui colocado pelo Relator para recriação ou criação da nova SUDENE está muito bem estruturado, muito bem desenhado, mas nos traz uma série de preocupações, Sr. Deputado, senhoras e senhores, no que respeita a como efetivamente fazer com que os nossos poucos recursos sejam de fato direcionados para o que deve ser o objetivo da SUDENE.

Sugerimos à SUDENE que tenha um planejamento regional como norteador de toda e qualquer nova ação, avaliando-se as condições de competitividade sistêmica de cada Estado. Entendemos que, embora façamos parte da Região Nordeste, temos peculiaridades, como assim têm outros Estados, que carecem de maior atenção e especificação, para que consigamos uma nova ação efetiva dessa SUDENE.



A adoção do planejamento encontra a sua maior força na ampla participação da sociedade organizada e certamente as entidades empresariais têm muito a contribuir, até porque investem em potencialidades locais, criando e aprimorando vantagens competitivas e gerando, naturalmente, alternativas produtivas.

Entendemos também que apoiar efetivamente as iniciativas que promovam desenvolvimento incluyente do Nordeste e a sua integração competitiva, tanto no mercado nacional quanto internacional, é função primeira da SUDENE. Deve-se buscar oportunidades para geração de emprego e renda, priorizando as cadeias produtivas com potencial competitivo, que em geral são alavancadas pelas pequenas e microempresas.

Quero chamar a atenção das Sras. e Srs. Deputados, membros da Comissão, para algo fundamental: não podemos pensar na SUDENE sob o ângulo do modelo anterior, que tinha como meta investir em grandes projetos. Como bem disse o representante da sociedade civil organizada, não devemos tê-los como excluídos do processo, mas devemos buscar os médios e os pequenos investimentos, porque está provado que as pequenas e microempresas geram mais de 90% dos empregos no País. Não podemos pensar em desenvolvimento sem termos em mente a geração e a criação de emprego e renda.

Devo lembrar que o Nordeste possui realidades heterogêneas e, embora a inclusão social, a otimização da competitividade econômica e o desenvolvimento regional sejam objetivos comuns, há outras facetas que merecem atenção redobrada.

No caso do Maranhão, temos de considerar os arranjos produtivos locais que melhor se ajustem aos critérios de desenvolvimento com equidade e sustentabilidade a partir dos macroeixos definidos, quais sejam: o agronegócio, o turismo, a construção civil, a minerometalurgia, a promoção de desenvolvimentos produtivos de babaçu, de cachaça, de caju, de caranguejo, de cerâmica vermelha, de leite, de madeira, de móveis, de mel, ovinocultura e caprinocultura, pecuária de corte, pesca artesanal e artesanato.

É natural que existem outras vocações, estivemos recentemente em Grajaú e lá há um pólo de gesso em amplo desenvolvimento.

A SUDENE, a despeito do idealizado por Celso Furtado, foi o freio do desenvolvimento da nossa região, porque era mal conduzida. Se me permitem fazer



uma abordagem, minha opinião é de que devemos despolitizar a SUDENE, no sentido de retirar do órgão o lado ruim da política. A grande maioria dos políticos é correta, honesta, mas, lamentavelmente, como em qualquer atividade, há também os maus políticos. Devemos criar mecanismos para evitar esse processo de politização da SUDENE no mau sentido. Caso contrário, vamos reviver o que assistimos no passado: projetos muito bem elaborados e planejados, defendidos prioritariamente por políticos, porém, não traziam os objetivos a que se propunham. Naturalmente, reforço a idéia (*falha na gravação*) ou a impossibilidade de se usar os nossos recursos de forma indevida.

Temos de considerar que todos os organismos de financiamento carecem de reformulação no seu “burocratez”. Não podemos perder mais tempo, esforço e dinheiro em projetos nem sempre analisados; ou, quando o são, demoram muito a ser implementados e ficam defasados pelo tempo ou, em algumas situações, não dão oportunidade para que a classe produtora os façam acontecer no seu devido tempo.

Chamo a atenção para essa questão, porque os organismos de financiamento, principalmente os da nossa região, sofrem esses males. Tenho absoluta convicção de que o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, aqui representados, estão incrustados dessa burocracia. Tivemos até o Ministério da Desburocratização. Entendo que precisamos efetivamente acabar com essa lentidão. Via de regra, as solicitações não são atendidas no prazo devido. É algo que precisamos analisar profundamente, para que também na nova SUDENE não encontremos um processo muito lento.

São essas as contribuições da Associação Comercial, que completará ano que vem 150 anos. Entendemos também que a participação das classes produtoras é importante, na medida em que se junta à área política, que de fato faz acontecer e produzir. A dissociação a que também se referiu o Deputado, em que o DNOCS não falava com outro organismo, generalizou-se no País. Precisamos voltar a reunir os diversos atores da sociedade para que possamos economizar energia e recursos e, principalmente, buscar solução para os grandes e graves problemas não só da nossa região, mas também do nosso País. Estamos prontos para participar de outras rodadas dessa natureza.



Agradecemos pelo convite formulado à Associação e nos colocamos à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada Sr. Carlos Cantanhede, que muito bem representou a Associação Comercial.

Passo a palavra ao Deputado Federal Wagner Lago.

O SR. DEPUTADO WAGNER LAGO - Sra. Presidenta, Deputada Terezinha Fernandes; Dr. Luciano Moreira, representante do Governador do Estado; Dr. Tadeu Palácio, Prefeito de São Luís; Deputado Francisco Gomes, que representa a Casa onde estamos debatendo; Sr. João Rebelo, ex-Deputado Federal; Sr. Luiz Carlos Cantanhede Fernandes, representante da Associação Comercial; colegas Deputados Federais, Deputados Estaduais, senhores representantes dos demais segmentos da sociedade, meu querido Relator, foi de propósito que deixei para mencionar o nome do Deputado Zezéu Ribeiro por último, para, numa conversa franca e serena, colocarmos alguns pontos que são fruto da vivência política no Maranhão. Cumprimento também os demais companheiros representantes de outros partidos.

O Maranhão foi vítima, por mais que pareça ironia, da maior concepção de desenvolvimento que o País experimentou no século passado.

O Sr. Celso Furtado imaginou que retirando recursos do Brasil, considerado rico, e injetando-os em projetos aprovados pela SUDENE e SUDAM, estaríamos buscando o desequilíbrio regional do País. A concepção foi perfeita, até porque saiu de um dos homens públicos mais importantes que este País produziu no século passado. Celso Furtado, cassado pela ditadura militar, foi o único estrangeiro a poder lecionar na Universidade de Sorbonne, com autorização do Presidente De Gaulle.

Pois bem. Apesar de o Maranhão ter terras férteis e rios perenes, ter sido historicamente o eldorado para onde se dirigiu o nordestino expulso pela seca, não ter seca — um japonês uma vez me disse que se colocasse a terra bruta do Maranhão num saco, ela poderia ser vendida como adubo —, apesar disso tudo, a criatividade de Celso Furtado, presto meu depoimento pessoal, foi desmoralizada pela execução dos projetos da SUDAM e SUDENE.



No Maranhão, as terras eram públicas e livres. Por isso os outros nordestinos vinham para cá. O Maranhão plantava no toco. Eu era criança e via a chegada a Pedreiras, Município do qual meu pai era Prefeito, dos paus-de-arara com pessoas do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, enfim, de todo o Nordeste. A inclemência da seca expulsava aqueles nossos irmãos, que se socorriam no Éden, no eldorado que era o Maranhão.

Isso ocorria porque no Estado não havia seca, e as terras eram livres. Crianças vinham em jumento, uma vez que não podiam andar durante 20, 30 dias. Os pais vinham caminhando, e as crianças ficavam no equilíbrio do jacá. Vi isso em Pedreiras, que, na época, era capital do Vale do Mearim, um dos 5 vales do Estado considerados mais férteis. Mas mesmo assim o incentivo fiscal e os projetos chegaram ao Estado.

O Maranhão, além desse benefício natural todo, Sra. Presidenta, Sr. Relator, além de se localizar no Nordeste sem sofrer a seca da região, teve a sorte de ter um pedaço amazônico, mas sem as dificuldades da Amazônia, de pouca agricultura.

Inicialmente, a SUDENE e a SUDAM diziam que era necessário possuir o documento da terra. Deputado Zezéu, o Maranhão não fez como Goiás, que discriminou as terras logo nas décadas de 40, 50. No Estado, as terras eram públicas e livres.

Não tenho dúvida em afirmar que o projeto agropecuário de incentivo fiscal foi um dos responsáveis pela liquidação da produção no toco, aquela produção do caboclo, que fez do Maranhão o maior produtor de arroz do Brasil e produtor de algodão. O Estado tinha o melhor algodão do mundo: o hidrófilo. As usinas de beneficiamento de arroz não davam conta da produção porque as safras se encontravam. As usinas de tecelagem, em São Luís, em Codó, em Caxias, também não paravam. A empresa francesa Cotoniére, uma das maiores do mundo, investiu na produção de algodão do Maranhão. Meu pai foi gerente dela, no interior da Barra do Corda. Eu não era nascido ainda, Deputado Deoclides, só o seu colega de chapa Jackson Lago já era nascido e morou em Naru, interior de Barra do Corda. Pois bem, até essa multinacional investia no Maranhão.

Sra. Presidenta, sei do adiantado da hora, por isso farei uma síntese do meu pensamento.



Repito: o incentivo fiscal, que é a boa concepção de tirar dinheiro de quem tem para dar a quem não tem, foi desmoralizado, sobretudo, com o advento da ditadura militar. Essa, sim, disse que o Maranhão seria o celeiro. Não é para o caboclo plantar no toco. O lavrador maranhense e o nordestino que vinham para cá teriam carteiras assinadas, fariam parte de empresa agropecuária, seriam trabalhadores com direitos sociais garantidos. Esse era o discurso. Na prática, não aconteceu.

O que ocorreu foi o que estamos vendo. Com todo o potencial que tem o Maranhão, dos 50 mais pobres Municípios do Brasil em IDH, temos 24, Deputado Heleno. Estive com os Ministros Ciro e José Graziano nessas audiências públicas. Disse ao Ministro Graziano: *“Ministro, o senhor esqueceu de dizer, por exemplo, que o Centro do Guilherme, Belagua e Santo Amaro conseguiram a proeza de ser mais miseráveis do que Guariba, no Piauí”* — símbolo da indignação e da exclusão social. S.Exa. anotou, e eu também formalizei o pedido, porque Santo Amaro, Sr. Prefeito, constava da relação dos Municípios que seriam atendidos pelo Programa Fome Zero. Mas quero dizer, para concluir, Sra. Presidenta, que o Brasil tem a seguinte tradição: se deu errado um projeto, se houve irregularidade, desvio de finalidade, corrupção, extingue-se o órgão. É a história do sofá, do marido traído que em vez de se separar, vende o sofá. *(Risos.)* É a mesma coisa. No Brasil, a elite brasileira, para proteger os assaltantes dos descaminhos, toma uma posição política. Assim o fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que entregou o patrimônio do Brasil em nome da modernidade e do neoliberalismo. E ainda com a ajuda do dinheiro público ele entregou para a especulação, para a pirataria, para o capital estrangeiro.

Vou concluir, Deputada, peço perdão, mas outro dia o Brasil assistiu ao caso da USIMAR. Recebemos o minério do Pará, que sai daqui matéria-prima, do Pará também, a preço de banana. Então, é natural que tenha no Pará, ou no Maranhão, a técnica recomenda que seja aqui, porque temos um dos 3 maiores portos do mundo. Aprovaram o projeto, liberaram 44 milhões e desapareceu tudo, não há USIMAR nem siderurgia.

Também vieram para cá uns estelionatários chineses, Deputado Zezéu, e trouxeram o Presidente Fernando Henrique para inaugurar uma fábrica de confecção, em Rosário, usando estímulos dos órgãos fomentadores do desenvolvimento.



O ex-Deputado Haroldo Sabóia acaba de chegar. É um companheiro de luta. Hoje, S.Exa. é Vereador. Foi candidato a Senador e lhe tiraram a eleição.

Mas prosseguindo, ficou o arcabouço da siderurgia. Não vou repetir, isso aqui não é comício político. Estou apenas constatando os fatos.

O Projeto Salangô, de São Mateus, recebeu milhões de dólares. Era para abastecer o Maranhão todo, Sr. Prefeito. Também não se sabe para onde foram os milhões de dólares destinados à execução de tal projeto.

Estou feliz pelas novas SUDENE e SUDAM. Seremos, Deputado Francisco Gomes, aquinhoados. O Maranhão vai deslanchar. Um dia, quebradas as amarras que mantêm um Estado potencialmente rico lá embaixo do mapa da exclusão social, da miséria e da fome, temos certeza de que vamos sair dessa. É preciso só quebrar essas amarras. Com isso, grandes serão as virtudes do nosso Estado.

Sr. Prefeito, fiquei feliz quando o Ministro Ciro Gomes disse que a nova SUDENE e a nova SUDAM vão ter uma blindagem. É um mecanismo totalmente diferente, como o Deputado Zezéu Ribeiro disse aqui. Mas essa blindagem tem de ser feita com metal muito forte. Já disse isso várias vezes na Câmara dos Deputados, um metal que não consiga ser serrado, nem destruído, nem atropelado pelo sistema. Um metal que seja imune aos avanços da corrupção.

Além de todas essas vantagens, Sr. Deputado Zezéu Ribeiro, o País gastou milhões de dólares para fazer 3 barragens no Maranhão. A do Flores, perto de Pedreira, no Vale do Mearim — é o vale que o chinês disse que podia ensacar e vender a terra como adubo — está absolutamente desativada e, caso se rompa, pode até alagar e destruir alguns Municípios por perto. A do Tabuleiro, que é do Parnaíba, da região da Presidenta desta reunião, também sem nenhuma serventia para irrigação. A do Pericumã, na qual foram gastos milhões de dólares. E a Baixada Maranhense, o pedaço mais pobre do Estado mais pobre do Brasil. Apesar de ser cantada em verso, prosa e poesia — *“esta baixada da minha vida e da minha paixão”* —, estão lá os piores indicadores da situação de miséria absoluta.

Estaremos vigilantes. Este é o nosso dever. O nosso papel é contribuir com sugestões e depoimentos para que possamos, com a nova SUDENE e a nova SUDAM, colocar o Maranhão no patamar da dignidade humana que lhe foi usurpada pelo grupo dominante.

Muito obrigado, Sra. Presidenta. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigado, Deputado Wagner.

Peço aos próximos oradores para que usem o tempo de forma mais objetiva. Vamos encerrar as inscrições.

Agradecemos ao Vereador Haroldo Sabóia, desta Capital, do Partido dos Trabalhadores, a presença.

Com a palavra o Sr. Gilvan Alves da Silva, Vereador pelo PT de São Bernardo do Maranhão.

O SR. GILVAN ALVES DA SILVA - Sra. Presidenta, Deputada Terezinha Fernandes, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, venho da região do Baixo Parnaíba maranhense, já citada pelos oradores que me antecederam, onde se situam os Municípios mais pobres tanto do Estado como do Brasil.

Esses indicadores nos apontam o descontentamento com a política de desenvolvimento implementada no Estado, tanto do ponto de vista das entidades e dos órgãos federais quanto pelo Estado do Maranhão. Temos também naquela região grandes projetos que não serviram até hoje para melhorar as condições de vida do seu povo.

Na região do Baixo Parnaíba, por exemplo, no Projeto Tabuleiros de São Bernardo, milhões de reais foram jogados ali. No entanto, não conseguimos melhorar as condições de vida para o povo daquela região. Passam-se anos, pesquisas e mais pesquisas, e a região continua pobre. Aquela região já sofreu intervenções da SUDENE, houve vários projetos da SUDENE anterior, que também fez construções. Ainda assim, as condições de vida do nosso povo não melhoraram.

Na região do Baixo Parnaíba temos as segundas terras mais férteis do Nordeste, às margens do Rio Parnaíba, mas o trabalhador rural olha para as terras férteis faminto, por falta de incentivo, apoio e melhores condições de trabalho. Convivemos em nossa região com duas realidades. Projetos como o da monocultura da soja e do eucalipto tomam nossas terras e expulsam nossos trabalhadores do campo. Os monocultores da soja das Regiões Sul e Sudeste trabalham com incentivos e recursos públicos.

O Projeto Tabuleiros de São Bernardo está parado, com as máquinas enferrujadas, sucateadas, e sem trazer a esperança que o nosso povo merece. E o povo da região do Baixo Parnaíba tem esperança na nova SUDENE, sim. Vemos a



nova SUDENE com muita esperança, mas uma SUDENE, como disse o Ricarte, que tenha a capacidade de fazer a inversão de prioridades, dando aos que de fato são da região e nela trabalham, aos menos favorecidos, aos que até então foram esquecidos os mesmos direitos.

O Baixo Parnaíba vê com esperança essa nova SUDENE, mas não quer ficar só vendo, quer também participar desse debate, contribuir com essa reformulação. Temos certeza de que qualquer projeto de desenvolvimento para o Maranhão que não dê prioridade à região do Baixo Parnaíba — a mais pobre do Estado e que comporta também os Municípios mais pobres do Brasil —, no mínimo, poderá gerar desconfiança da nossa parte. Essa a nossa concepção.

Quero dizer também que o Rio Parnaíba — e disse isso, nesta semana, no encontro estadual da ASA/Maranhão — é milagroso. A maioria dos Municípios do Baixo Parnaíba estão na margem, no vale do Rio Parnaíba. Chega-se à margem do rio, deste lado, olha-se para a outra margem e vê-se que é semi-árido; mas deste lado já não é mais semi-árido. Que rio milagroso é o Parnaíba!

O clima da nossa região é de semi-árido, sim, e vamos lutar por esse reconhecimento. Lutamos para que nossa área seja considerada como de clima semi-árido. Os proprietários do outro lado da margem têm condições melhores de financiamento, de negociação e de renegociação, e nós, não, convivendo com o mesmo clima, com a mesma situação, com as mesmas características.

Para finalizar, quero citar uma frase dita por um trabalhador rural, no Tabuleiro de São Bernardo, quando lá realizamos um seminário. Naquele momento, dava-se a discussão se o Maranhão entrava ou não no Fome Zero, assim como os Municípios. Aí, o Lourival Brandão disse que lutávamos para que aquela região entrasse no Fome Zero, mas não porque queríamos o recurso. Lutávamos, mas com vergonha. Tínhamos vergonha de estar incluídos no Fome Zero, porque, se o Projeto Tabuleiros e outros que foram citados aqui tivessem sido feitos com seriedade, o Maranhão estaria doando alimentos para o Fome Zero e não recebendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Agradecemos ao Sr. Gilvan a participação.



As inscrições, conforme dito anteriormente, foram encerradas com a manifestação do Gilvan.

Registramos a presença do Sr. Joel Nascimento, do Sindicato dos Metalúrgicos do Maranhão.

Passamos a palavra ao Sr. Luciano Moreira, representante do Governador do Estado do Maranhão.

O SR. LUCIANO MOREIRA - Sra. Deputada Terezinha Fernandes, Sr. Deputado Zezéu Ribeiro, demais membros da Mesa, em primeiro lugar, quero destacar alguns pontos — e o objetivo desta reunião é discutir aspectos positivos e importantes para o desenvolvimento da nossa região, à qual está integrado o Estado do Maranhão — relacionados à iniciativa do Presidente da República de focalizar uma política nacional de desenvolvimento regional.

Muito se fala das desigualdades. O Deputado Zezéu expôs alguns indicadores e números que realmente trazem constrangimentos para a região — não especificamente para o Maranhão — ao apresentar uma base demográfica de 28% da população brasileira para uma base econômica de apenas 15%. Realmente, isso descaracteriza muito os valores, as vocações e as potencialidades da nossa região.

Acho importante lembrar também outros aspectos da Região Nordeste. Metade dos brasileiros que passam fome estão lá. Mais do que nunca se justifica a atenção especial que se está procurando dar com a recriação da SUDENE como instrumento que venha corrigir todas essas disparidades.

Quarenta e seis por cento da população ocupada ganha até 1 salário mínimo, enquanto que no resto do Brasil o percentual é de 24%. É uma outra razão constrangedora que demonstra muito bem que a Região Nordeste não desenvolveu seu papel buscando o desenvolvimento econômico sustentável, e sim mais preocupado com a questão econômica.

Cinquenta e cinco por cento da média da renda nacional é o que representa... *(falha na gravação.)* ...dos analfabetos, ou seja, quase metade de analfabetos. E muitos outros indicadores que efetivamente a caracterizam como uma região que carece, há muitos anos, de muitas iniciativas, de uma atenção maior. Mas entendemos que a SUDENE, da forma como está sendo proposta e criada, acima de qualquer coisa, precisa ter força política. E desde sua constituição, o seu Conselho Deliberativo, formado pelos Governadores, na prática foi se esvaziando. Tive



oportunidade de participar de uma reunião e vi, com muito constrangimento, que havia apenas 1 ou 2 Governadores. De que adianta você ter um órgão de desenvolvimento econômico vocacionado para induzir o processo de correção de distorções e de desenvolvimento sem ter uma representação política? E não é só a questão da representação política. Diria até que esse esvaziamento da representatividade política se deu pela falta de recursos e, conseqüentemente, pela falta de prioridades.

Discutimos, no momento, a reforma tributária. Há poucos instantes conversava com o Zezéu e até fazia uma reflexão no sentido de que, se não se estabelecer como prioridade os recursos que estão sendo alocados ou prometidos para o fundo de desenvolvimento regional, se isso efetivamente não estiver dentre as prioridades do que será a SUDENE, ou seja, onde ela possa efetivamente ter influência na aplicação desses recursos, também não adianta discutir um modelo conceitual, teórico, um modelo estrutural, sem a força política nem os recursos necessários para o desenvolvimento regional.

Sei que o horário está um pouco comprometido com a viagem do



do Ceará e
do Piauí, pela região do Delta do Parnaíba, e o Corredor Centro-Oeste, para fortalecer fronteira agrícola de grande expansão, abrangendo parte do Piauí, do Tocantins, do Mato Grosso e do sul do Maranhão, no sentido de lutar pelo restabelecimento, como prioridade, da ferrovia da integração, que é a Ferrovia Norte-Sul, de grande importância para a região em todos os sentidos, tanto na



interiorização dos benefícios, caso o Maranhão consiga instalar sua refinaria — e é o que esperamos —, como também em uma relação de mão dupla, a fim de possibilitar a exportação e buscar a agregação de valores de todo o potencial da soja na região.

Consideramos alguns pontos fundamentais nessa nova autarquia, que deverá ser articuladora das forças sociais representativas da região. Sentimos a fragilidade da região quando discutiram os projetos de interesse nacional na reforma tributária e na reforma previdenciária, até por falta de organização que congregasse esse grande interesse. Temos a maior bancada, temos a identificação, por meio dos seus indicadores, da necessidade de maior atenção do Governo Federal, mas faltou uma instituição. Essa instituição poderia ser a SUDENE, para resgatar essa força e ter maior influência nesse processo.

Quanto ao agente do sistema nacional de planejamento, há muitos anos se perdeu a referência do planejamento a longo prazo, como bem disse o Zezéu Ribeiro, e o Maranhão não é exceção. Peço permissão

Negociadora, na região, das políticas nacionais e dos recursos federais; integradora das políticas regionais; promotora do conhecimento sobre potencialidades econômicas do Nordeste; difusora de informações. A SUDENE, apesar de todos os percalços por que passou durante esses anos, acumulou importantíssimo capital de informações e de recursos humanos para o desenvolvimento regional. Até perguntei ao Zezéu o que será feito dos funcionários da antiga SUDENE, que, de certa forma, foram vítimas de todo esse processo de descaracterização do órgão. À medida que se cria uma nova autarquia, não se pode deixar de considerar esse capital humano que, ao longo de todos esses anos, foi construído com conhecimento, com tecnologia, com informações necessárias para o desenvolvimento regional.



Indutora e apoiadora de iniciativas de captação de recursos técnicos e financeiros nacionais, internacionais e estrangeiros. Esse item é fundamental. Cada governante, cada dirigente estadual luta com as suas próprias armas para auferir recursos, seja de onde for, e todos eles com profunda dificuldade, pela não-capacidade de buscar esses recursos, por ter exaurido o seu poder de investimento e por não ter mais margem para o endividamento, em função de uma política definida pelo Governo Federal.

Apoiadora de incentivos de desenvolvimento local e integradora de rede de instituições sub-regionais e locais. Volto a insistir na fundamental questão do desenvolvimento local. Concluimos agora um cadastro para esse programa de arranjos produtivos locais e ficamos impressionados com o volume de produção local, de certa forma desassistido pelo poder público. Por exemplo, o caso dos arranjos produtivos do mel — tenho absoluta certeza conhecido por todos os Deputados — necessita de mais apoio de crédito, de logística, de infraestrutura para exportação, de algumas informações sobre comercialização, sobre *design*, a fim de que possa obter maior consumo dentro do próprio Estado, agregando valor, renda e emprego no Estado do Maranhão. Há muitos outros arranjos sobre os quais fizemos o levantamento desse cadastro para fortalecer essa iniciativa. Só de mel são mais de 400 produtores espalhados pelo Maranhão, sem necessidade de muitos investimentos. É só o processo de articulação dos agentes financeiros e de outras instituições públicas, privadas, federais, estaduais e municipais agregarem valores. Dessa forma, teremos crescimento e melhor desenvolvimento dessa produção local.

Definidora de prioridades para utilização dos instrumentos financeiros; gestora de instrumentos de desenvolvimento regional; agente da promoção da inovação. Somos uma região muito carente de conhecimento e de tecnologia. Fiquei feliz quando o Deputado Zezéu apontou como uma das prioridades a serem debatidas e incentivadas no Congresso a atribuição a ser concedida à SUDENE de difusora de tecnologia do conhecimento para o Nordeste, no sentido de fortalecer todos esses esforços.

Indutora e apoiadora de iniciativa de capacitação gerencial e laboral e articuladora de políticas sociais. Todos esses pontos são condicionantes. Logicamente, estão abaixo de todo um processo de fortalecimento político, de



priorização dos recursos, sejam do fundo de desenvolvimento regional, sejam orçamentários, conforme o Governo Federal está acenando com a reforma tributária, já recuando na expectativa que se criou para os Governadores. Ou seja, vamos inserir no Orçamento recursos para reduzir as desigualdades regionais. Isso já nos coloca algumas interrogações sobre se realmente o desenvolvimento regional vai ser prioridade, como dito em todos os momentos da campanha do Presidente Lula.

Mas não perdemos as esperanças, nem poderíamos perder. Nesses debates que enriqueceram o documento final da SUDENE, após a realização de tantas audiências públicas — e esta é de relevante importância, pois mobiliza as forças políticas locais, os Deputados Federais e Estaduais —, que seja feita uma discussão mais pontual de que o Nordeste existe, tem vocações, tem soluções, tem vontade, tem peso político. Daí a importância de audiências dessa natureza.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Sr. Luciano Moreira.

Registro a presença do Sr. Raimundo Costa, Presidente do Sindicato dos Bancários do Maranhão.

Passo a palavra ao Prefeito de São Luís, Sr. Tadeu Palácio, que por ter um compromisso agora pediu para falar logo.

O SR. TADEU PALÁCIO - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, serei muito breve, devido à exigüidade do tempo. Temos duas certezas hoje em relação à SUDENE. A primeira é que a antiga SUDENE não cumpriu sua missão. As causas são conhecidas e, com certeza, serão evitadas daqui para a frente. A segunda é que a nova SUDENE, fruto da determinação do Governo Lula, sabe o que precisa ser feito para seu funcionamento: deve promover o desenvolvimento da Região Nordeste em sintonia com o desenvolvimento nacional. Acima de tudo, deve haver inclusão social e os recursos para seu funcionamento, outra situação que está sendo discutida. E, com certeza, o Governo terá de onde angariar fundos para o pleno funcionamento desse novo órgão.

Vou ater-me ao controle social, ao Conselho Deliberativo da nova SUDENE. É importante a forma democrática como o Governo Lula e a sociedade civil formatam a nova SUDENE. É igualmente importante que a condução dos seus rumos seja com



o mais amplo e representativo leque de organizações governamentais e civis. Daí por que é importante os Municípios nordestinos, particularmente as capitais, tenham assento nesse Conselho Deliberativo.

Vou apresentar a questão sobre a inclusão de Prefeitos, principalmente os das 9 capitais que fazem parte da Região Nordeste, para ser incluída na pauta da Frente Nacional de Prefeitos. Como disse há pouco o companheiro da Associação Comercial, temos de evitar no Conselho Deliberativo da nova SUDENE a politização. Para isso é necessário estarem envolvidas nesse conselho as 3 esferas do Poder: Federal, Estadual e Municipal e as demais representações da sociedade civil.

O que eu quero deixar registrado é exatamente isso, que possa fazer parte do Conselho Deliberativo da SUDENE, pelos motivos expostos, os Prefeitos das capitais nordestinas. Dessa forma, seria possível abrir um leque de discussões e deliberações para permitir o funcionamento extremamente democrático dessa nova entidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Sr. Prefeito Tadeu Palácio.

Destaco a presença do Padre Chagas, representante das Pastorais Sociais.

Convido a fazer uso da palavra a Sra. Vera Costa, da Planeja Consultoria.

A SRA. VERA COSTA - Bom-dia a todos. Sra. Presidente, autoridades presentes, demais convidados, faço parte da Planeja Consultoria, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP, contratada no ano passado pela SUDENE/PNUD para desenvolver um programa já existente em toda a Região Nordeste, o Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável, conhecido por Nordeste Sustentável.

Após a mudança de SUDENE para ADENE, toda aquela confusão, em 1999 houve a implantação do programa, com experiências em 10 Estados nordestinos, em seguida estendido para mais 15 Municípios de cada Estado do Nordeste, incluindo também o norte de Minas Gerais e o Espírito Santo, num total de aproximadamente 220 Municípios. Isso ocorreu no ano passado. Para nossa surpresa e preocupação, do final do ano passado até este ano, no processo de mudança de Governo e, conseqüentemente, de mudança de reestruturação dos



órgãos das instituições, no caso especial da SUDENE, ficamos sem ter a quem entregar a conclusão do nosso trabalho.

Há hoje 18 Municípios envolvidos nesse programa. Na Constituição, o que hoje se chama territórios, anteriormente, no programa, eram aglomerados. Os Municípios de Presidente Vargas, Cachoeira Grande, Catu, Presidente Juscelino, Santa Rita, Rosário e Bacabeira formam um território. Timbiras, Presidente Vargas, Cachoeira Grande, Catu, Presidente Juscelino, Santa Rita, Rosário e Bacabeira formam outro. Timbiras, Peritoró e Alto Alegre formam outro. Afonso Cunha, Aldeias Altas, Coelho Neto, Duque Bacelar, Buriti, Anapurus, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos formam outro território.

Todo esse trabalho de campo foi realizado em 6 meses, com o envolvimento do poder constituído do Município: o Poder Público e a sociedade civil organizada. Tanto se fala, nessa reestruturação da SUDENE, de promoção de desenvolvimento local sustentável, e todo esse trabalho foi feito dentro dessa lógica e desse princípio. Foi uma experiência interessante e, ao mesmo tempo, muito difícil, porque, num primeiro momento, ao se chegar aos Municípios onde se falava de mais programa de desenvolvimento local dentre tantos já existentes no País, as pessoas se preocupavam. Trata-se de um programa a mais, de uma iniciativa a mais do Governo Federal. Tanto se fazia planejamento, mas, na verdade, no momento de se concretizar, eles não aconteciam. A primeira resistência passava por aí. A segunda era quando se falava em nome de SUDENE. Como se chegar a um Município onde a imagem de SUDENE até então era de uma política de desenvolvimento regional em que quem se beneficiou foram os grandes grupos econômicos, o grande empresariado regional e local? Apesar de todos esses desafios, o programa foi implantado nesses 18 Municípios, e o resultado final, o produto final, na verdade, foi um plano de ação estratégica no qual se trabalhou a partir dos princípios de sustentabilidade nas 3 vertentes: a do desenvolvimento econômico, a do desenvolvimento social e a do desenvolvimento ambiental. Tudo isso pautado em sua grande sustentabilidade, que é trabalhar o político institucional. Esse foi outro momento difícil em que se juntaram Poder Público local e a sociedade civil.

Vale ressaltar a participação do Poder Público local, expressa pelos Poderes Legislativo e Executivo, em alguns momentos muito pontuais, devido à presença do Judiciário, na figura de alguns juízes e, em alguns momentos, do Ministério Público,



o que foi muito raro, vale ressaltar. O grande desafio era o momento em que se juntava o Poder Público local e a sociedade civil, que, na verdade, segurou todo o trabalho, mais especificamente setores da Igreja Católica, associações comunitárias, nos seus mais diversos matizes, e sindicatos de trabalhadores rurais.

Na verdade, quem sustentou de fato todo esse trabalho foi a sociedade civil. O Poder Público se fez representar das mais diversas formas: na presença ativa de alguns Secretários e representantes das secretarias municipais e também de alguns Prefeitos e alguns Vereadores, mas isso não era a tônica.

Concluimos, repito, todo esse trabalho, mas não temos até hoje a quem entregar na SUDENE. Inclusive nos foi dito: *“Olhem, vocês podem até mandar, mas aqui ninguém sabe o que fazer com ele”*. Essa a resposta da SUDENE. Claro que entendemos, até certo ponto, que situações como essa se apresentam num momento de transição, de mudança de instituição. Por outro lado, não é compreensível o fato de o Governo fazer tantos investimentos em programas e mais programas. Vale dizer que, ao se fazer as contas, verificamos que em um programa, por exemplo, para ser desenvolvido no Estado, foram aplicados diretamente quase 250 mil reais. Se multiplicarmos esse valor por 11 Estados, quanto de recursos não precisaremos, sem falar nos outros gastos com gestão central do programa?

Na verdade, hoje temos 15 planos concluídos. Porém, mais importante do que o produto “plano” foi a própria capacitação, mobilização e investimentos feitos por esses 15 Municípios.

Desculpem-me a insistência, mas, em uma conjuntura como esta de definição de políticas públicas, nossa entidade é muito pequena, e não podemos deixar de aproveitar uma oportunidade com esta, nesta Comissão, em que estão presentes representantes dos Governos Federal e Estadual, para apresentarmos esta situação, para nós muito angustiante. Sabemos das nossas limitações. É angustiante porque mostramos a cara nos Municípios. É angustiante também porque quem está numa ponta define as políticas e quem planeja está na outra. E fala-se tanto em desenvolvimento sustentável, mas, quando se chega à ponta, você tem todo um esforço, todo um empenho da população, da sociedade civil, em alguns aspectos até do Poder Público, e, na verdade, esses dois interesses, essas duas preocupações não se encaixam. Fala-se em desenvolvimento, e, na verdade, quando existe oportunidade concreta de sua promoção, as políticas e ações públicas



não se encaixam. Isto é, os Governos Federal, Estadual e Municipal, até as próprias instâncias administrativas não se casam. Enquanto recebermos um apoio restrito, como o que tivemos da gerência de agricultura, os outros segmentos do Estado não irão se envolver, em que pesem nosso esforço e nosso empenho de desenvolvimento.

Talvez este não seja o momento, mas temos de tornar possível maior contato com a representação do Governo do Estado e com a própria Comissão Parlamentar, para nos articularmos em outra ocasião, Dr. Luciano. Temos grande interesse em concretizar, de fato, todas as ações e todo o trabalho realizado com o esforço da sociedade civil do Município.

Assim, colocamo-nos à disposição dos senhores e, posteriormente, poderemos entrar em contato para apresentar o resultado desse trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Vera.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Marinho.

Mais uma vez, faço um apelo aos oradores para que sejam o mais breve possível, pois nosso tempo está se esgotando.

O SR. DEPUTADO PAULO MARINHO - Sra. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, membros da Mesa, inicialmente, expressei minha satisfação ao vê-los no Maranhão, por iniciativa da Deputada Terezinha. É importante que o Maranhão também seja ouvido nesse processo de recriação da SUDENE. As pessoas imaginam que é benéfico para o Estado o fato de ser área da SUDENE e da SUDAM. Sou daqueles que acham que não, porque, na verdade, as áreas não se comunicam, e acabamos enfraquecidos tanto de um lado quanto de outro. A SUDENE pouco olha para o Maranhão, por um lado, e a SUDAM também, por outro. Na verdade, é uma política ruim para a região.

Infelizmente, a lembrança que tenho da SUDENE do Maranhão é muito triste. O leste do Estado, minha região, foi uma das que mais receberam recursos da SUDENE, principalmente das grandes indústrias de processamento de óleo de babaçu, que estão todas fechadas. Também foi a que mais recebeu recursos para a pecuária, grandes projetos agropecuários, todos inexistentes. E há um caso mais grave, que acho deve ser considerado nessa PEC sobre os projetos agropecuários, que agora se transformaram em áreas de assentamento. Ou seja, INCRA está



comprando as áreas dos projetos agropecuários. Assim, as pessoas recebem dinheiro da SUDENE, chamam os lavradores, entregam as terras e colocam o dinheiro da SUDENE e do INCRA no bolso. Na minha região, deve haver uns 10 nessa situação, e ninguém diz nada a respeito. Mas estão lá vários e todos empresários de Pernambuco, Sr. Relator. Não há nada de novo nessa PEC sobre a recriação da SUDENE. Na verdade, trata-se de uma cópia malfeita do projeto que criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste anteriormente. Acho importante que se rediscuta isso.

Não há nada de novo nela, absolutamente nada. E há hoje no País, talvez do próprio Governo do PT, uma preocupação com os mecanismos de controle social. Aqui não há nenhum. Pelo contrário. Houve uma involução. Os integrantes do Conselho Deliberativo são os mesmos da antiga SUDENE (*falha na gravação*). Quanto aos trabalhadores, a representação também é ínfima. A minha sugestão, já que se fala tanto nisso, é a de que se inclua no Conselho Deliberativo o terceiro setor, as ONGs, entidades que de fato estão na base. Uma pessoa falou aqui sobre o Tabuleiro de São Bernardo. Isso acontece em todo o País, não apenas no Maranhão.

Outra questão para mim preocupante diz respeito à semestralidade das reuniões do Conselho Deliberativo. Parece-me meio absurdo o Conselho Deliberativo da SUDENE se reunir de 6 em 6 meses. Muita coisa acontece no País todo mês. É preciso haver mais reuniões. A não ser que seja alguma coisa mais figurativa, retórica e não algo em que se discuta, se delibere os assuntos relacionados à SUDENE.

Semana passada, na Comissão de Ciência e Tecnologia, relatei os fundos setoriais. E ouvi aqui o Relator, Deputado Zezéu Ribeiro, falar sobre os fundos setoriais. De fato, o Brasil conhece pouco esses fundos. E neles estão todos os recursos não orçamentários, a maioria oriundos da iniciativa privada, para aplicação em ciência e tecnologia. É muito dinheiro. São bilhões de reais hoje em caixa da União contingenciados de forma irregular, alguns até esterilizados — já se criou esse termo na Câmara — que poderiam constituir parte dos recursos para a SUDENE usar para fomento da ciência e tecnologia no Nordeste. Até porque as leis que criaram os fundos setoriais determinaram a aplicação de 30% de sua arrecadação em ciência e tecnologia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Então, é óbvio que a SUDENE poderia ser a agência repassadora desses recursos, principalmente para as universidades públicas, uma vez que hoje esse dinheiro não é liberado. Questionamos inclusive a FINEP e o Ministro da Ciência e Tecnologia a respeito. Disseram-nos que por haver escassez de projetos e falta de demanda os recursos não são liberados. Na verdade, as nossas instituições públicas, principalmente, não estão preparadas para demandar esses recursos. A SUDENE precisa intervir nesse processo, precisa ser uma catalisadora desses recursos, para que eles sejam aplicados de fato em ciência e tecnologia.

Outros recursos sobre os quais não falamos aqui e que também poderiam ser usados pela SUDENE são os do FAT. A União entrega esses recursos para algumas centrais sindicais que às vezes não atuam aqui no Nordeste. Sabemos que a CUT é uma grande central, mas a sua atuação aqui no Maranhão em capacitação de mão-de-obra é ínfima. Eu desconheço. Mas, se formos verificar o valor dos recursos que a CUT recebe do FAT para capacitação de mão-de-obra, veremos que é um valor significativo. Sugerimos que esses recursos do FAT possam ser usados pela SUDENE na capacitação de mão-de-obra, grande vazio existente hoje no Nordeste. Não adianta haver grandes projetos financiados com recursos do FINOR, com incentivos fiscais, se não tivermos mão-de-obra qualificada. Sem ela, vamos importar mão-de-obra, e o nosso trabalhador continuará sendo objeto de subemprego. Isso é o plausível, é o que está acontecendo no Maranhão.

Cito a siderúrgica, por exemplo. Não adianta grande siderúrgica no Estado, se não capacitarmos a mão-de-obra que atenderá à sua demanda. Virá gente de São Paulo, de todo lugar. O trabalhador migra em busca do trabalho. Esta semana o *Jornal Nacional* mostrou uma leva de trabalhadores maranhenses em São Paulo cortando cana e pegando ônibus de volta. E assim mesmo o sujeito quer trabalhar. Ele vai aonde há emprego. Se não há emprego no Maranhão, ele vai para São Paulo. E o mesmo acontece com o trabalhador de São Paulo. Se não há emprego lá, se ele trabalha na siderurgia e uma siderúrgica está sendo aberta no Maranhão, ele vem para cá. O problema não será resolvido se não tivermos mão-de-obra capacitada.

Notamos outra carência na antiga SUDENE — e eu espero que o Sr. Relator possa reparar isso. Sempre digo que o Banco do Nordeste é instrumento de cearense e a SUDENE é instrumento de pernambucano. Não sei se isso ocorre pelo



fato de o BNB estar no Ceará e a SUDENE em Pernambuco. Se formos analisar os números dos investimentos do BNB e da SUDENE, veremos que as maiores demandas ficaram em Pernambuco, na Bahia e no Ceará. O Maranhão sempre está no fim da fila no que se refere aos investimentos.

A SUDENE, na época, não dispunha de estrutura nos Estados. No Maranhão, limitava-se a um escritório regional, sem nenhuma atuação no interior do Estado, absolutamente nenhuma. Ao longo da história tem sido assim: as pessoas imaginam que o desenvolvimento tem que se ater às Capitais. Então, no Maranhão, como no Piauí, vizinho de onde eu moro, a SUDENE sempre foi uma burocracia da Capital, sem nenhuma ação no interior do Estado. Pode ser que o novo modelo de SUDENE repare essa lacuna. A falta de interiorização das ações do Governo contribui com o baixo IDH. A situação é latente no Estado e no Nordeste inteiro.

Discordo dos macroeixos definidos pelo Estado. Não vi ninguém na minha região pesquisar para saber a nossa vocação. É difícil aceitar que alguém defina um macroeixo de desenvolvimento se não há presença do Estado para averiguar a vocação regional de cada região.

O turismo é relevante. Barreirinhas tem de crescer, assim como Tutóia Carutapera e Urbano Santos, mas Aldeias Altas, Carolina e São João dos Patos também têm de crescer. No entanto, as vocações são completamente heterogêneas. A SUDENE pode ser instrumento pelo menos de equalização dessas políticas de desenvolvimento regionais, que são necessárias.

Ouvi uma pessoa do Baixo Parnaíba falar do semi-árido. A lei que delimitou o Polígono das Secas é de 1951. Com certeza, o clima neste País já mudou de forma considerável. Como é possível chover de um lado do rio e não chover do outro? No entanto, essa é uma realidade.

Esta semana estive na CODEVASF, em Brasília. O pessoal estava ansioso, querendo que a bancada insira uma emenda para a CODEVASF e que o tabuleiro passe para a gestão da CODEVASF. A bancada concorda com isso, mas o DNOCS não fez nada naquela região. É uma realidade o problema do acesso ao crédito bancário. Não faz sentido que de um lado do rio a pessoa possa negociar sua dívida de uma forma e, do outro, de forma muito pior. Esses são problemas que a SUDENE, fomentadora do desenvolvimento, poderá resolver.



Ouvi o representante da Cáritas falar do controle social, que é uma realidade, mas na lei, pelo menos no Conselho Deliberativo, não há nada que aponte no sentido de que a SUDENE terá qualquer tipo de controle social, absolutamente nada. Até a escolha dos membros do Conselho será indicação direta do Presidente da República. Isso está na lei. Não mudou nada, o Presidente vai indicar quem quiser para o Conselho da SUDENE. Então, é trocar 2 por 1 mais 1.

Ouvi o Dr. Luciano falar sobre os indicadores sociais do Estado, o ISM, o IDH, afirmando que nos últimos 10 anos houve uma acelerada, uma melhora. De certa forma a SUDENE contribuiu para esse IDH ruim do Maranhão nos anos anteriores. Quase todos os grandes investimentos, projetos e programas vieram através da SUDENE. Quero que alguém aponte algum projeto da SUDENE no Maranhão que tenha frutificado. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, no que diz respeito ao Maranhão, teve atuação nula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Wagner Lago) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Esta Presidência concede a palavra ao Vereador Haroldo Sabóia, lembrando ao ilustre Parlamentar a exigüidade do tempo.

O SR. HAROLDO SABÓIA - Ilustre Presidente da Mesa, Deputado Wagner Lago; Deputado Francisco Gomes, meu querido amigo; Deputado Zezéu Ribeiro, que a Bahia não deu para o Brasil, mas que o Brasil tomou da Bahia neste mandato; Deputado João Ribeiro; Secretário Luciano; jornalista Ricardo Santos; Srs. Deputados Estaduais presentes; senhoras e senhores representantes das entidades de movimentos sindicais da sociedade civil, serei breve, primeiro porque o Deputado Wagner Lago já foi suficientemente longo ao expor um pouco das muitas mazelas sociais e políticas do nosso Estado.

Não tratarei dos índices sociais, estes já são bastante divulgados. Preocupam-me, e aí chamo a atenção em especial do representante do Governo do Estado, Dr. Luciano Moreira, os índices econômicos. Na década de 90, embora a imprensa tenha alardeado que tivemos os maiores índices de crescimento econômico do Brasil, o Nordeste ficou abaixo do crescimento médio do PIB nacional e o Maranhão ficou abaixo da média do Nordeste, mesmo nos 7 anos de Governo da Sra. Roseana Sarney. Não tenho os números precisos na cabeça, mas é algo em



torno de: média nacional de crescimento, 16%; média do Nordeste, 12%; média do Maranhão, 6, 7%. Índices de crescimento econômico.

E mais, o Maranhão alcança o PIB *per capita* mais baixo do Brasil. Se a Secretaria de Planejamento fizesse um exercício simples de simulação e retirasse a contribuição ao Produto Interno Bruto da Vale do Rio Doce e da Alcoa, duas economias basicamente de enclave, teríamos um índice inferior à metade do índice *per capita* do Piauí. É um desafio que faço ao Governo do Estado: faça essa simulação. Não pediria nem que se retirasse a contribuição ao PIB estadual da produção da soja, só da economia tipicamente de enclave, que é a Alcoa, a Alumar e a Vale do Rio Doce.

Estamos discutindo o planejamento, a recriação de um sonho. Saúdo a Presidenta da Comissão, Deputada Terezinha Fernandes, que reassume os trabalhos. Se é difícil sonhar, se é difícil criar utopias, mais difícil ainda é fazê-las renascer depois de mortas pelas derrotas políticas.

A SUDENE, só para citar um exemplo, desenvolveu projeto modelo, a Companhia de Colonização do Nordeste, 1 milhão de hectares na região Alto Turi, onde nasceu e passou a sua juventude o Ricardo, jornalista brilhante de nossa terra. Era um projeto simples, concebido mesmo antes de Celso Furtado, mesmo antes da SUDENE, naquele 1 milhão de hectares entre o Rio Pindaré, na pré-Amazônia maranhense, até o Rio Gurupi. O projeto de colonização contava com módulos de 50 hectares, com uma agricultura de subsistência temporária, mas com uma agricultura permanente. A agricultura permanente seria a pimenta-do-reino, a seringueira e mais um outro produto. Por força do latifúndio, nenhum dos projetos de agricultura permanente foi desenvolvido. Em consequência disso, o colono foi fragilizado e a SUDENE teve um triste fim, acabando exatamente no Governo que tinha como Presidente da República um maranhense.

O que me preocupa agora são os desafios. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tem de pensar em planejamento. Se falamos em desenvolvimento, falamos em planejamento e não em execução.

A SUDENE foi criada ligada diretamente à Presidência da República. Se quisermos a SUDENE e a SUDAM recriadas como instrumentos para pensar o planejamento regional, elas não poderão estar vinculadas a um Ministério de execução, que é o Ministério de Infra-estrutura. Isso é óbvio, ululante.



Como faremos planejamento e pensaremos estrategicamente o Nordeste, o Centro-Oeste, as regiões brasileiras com organismo vinculado a um Ministério que executa, mas não planeja? A SUDENE deveria estar vinculada à Presidência da República, para que esta manifestasse sua vontade política de pagar a dívida social que tem com as regiões mais pobres e periféricas do nosso País, ou a SUDENE, a SUDAM e esses órgãos regionais deveriam estar subordinados ao Ministério do Planejamento, para que este fosse não apenas o Ministério do Orçamento, mas do Planejamento, do pensar articulado o futuro do nosso País.

Gostaria de concluir não com as palavras pessimistas do Prof. Celso Furtado, num aposto do longo amanhecer, quando disse que *“jamais tivemos uma realidade tão distante do Brasil que sonhamos”*. Não seria tão pessimista quanto o mestre paraibano. Hoje temos a oportunidade política que nunca tivemos de trazer para a realidade de hoje, para o momento presente, o sonho que sonhamos ao longo de tantas décadas.

Deputado Zezéu Ribeiro, sei da dimensão da tarefa que lhe pesa na mente e nos ombros. A professora já esteve em nosso Estado por duas ou 3 vezes. Temos o dever de recriar o pensamento da intervenção do Estado na economia, o pensamento do planejamento público e, sobretudo, o planejamento que tenha por base o homem e as regiões mais pobres do nosso País.

Sucesso na sua empreitada. Volte outras vezes ao Maranhão para discutir com outros segmentos. Vamos ver se a SUDENE, a SUDAM e tantos órgãos serão recriados com otimismo e vontade política de fazer do nosso País uma democracia com a participação popular.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Vereador Haroldo Sabóia.

Convido o Sr. Raimundo Buna, da FETAEMA, para fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra a Sra. Cledeneuza, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Mais uma vez, apelo para a capacidade de síntese dos oradores que ainda usarão da palavra, porque o Deputado Zezéu Ribeiro está atrasado. Se não correremos, ele perderá o vôo.



A SRA. CLEDENEUZA MARIA BIZERRA OLIVEIRA - Quero agradecer a Mesa e a todos os presentes a oportunidade.

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu agrega 4 Estados: Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. Sou paraense, mas maranhense pelo movimento. Estou aqui para agradecer a oportunidade e dizer que nos sentimos muito felizes por participar deste evento. Nossas esperanças estão firmes no sentido de que esse projeto venha trazer, principalmente para as mulheres quebradeiras de coco que lutam pela preservação do meio ambiente, mais oportunidades em nossas propostas, em nossos trabalhos. Também desejamos que sejam vistas as condições dos nossos trabalhos e que possamos nos sentir realizadas nessa situação de hoje, em que lutamos com tantas dificuldades.

Fala-se da pobreza, e a quebradeira de coco é menosprezada em todos os níveis. Estamos lutando pela preservação dos babaçuais, pela agricultura familiar, pelos assentamentos, pelas áreas de reserva, pela preservação do que ainda tem a natureza.

Não sentimos respaldo dos Governos, mas esperamos que esses projetos nos tragam apoio. Estamos firmes, acreditando nessas propostas.

Muito obrigada por esta oportunidade. Espero que sejamos contemplados e lembrados na hora de se fazerem os projetos e que possamos deles participar. Isso pode ser feito direta ou indiretamente, mas que recebamos respaldo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Sra. Cledeneusa.

Vamos chamar agora o Sr. Nivaldo, Presidente da CUT estadual. Logo em seguida, vamos chamar o Sr. Pedro Espíndola, a quem peço que se aproxime do púlpito, por favor, pois o tempo está mesmo exíguo.

O SR. NIVALDO - Boa-tarde. Quero saudar a Deputada Terezinha Fernandes, em nome de quem saúdo toda a Mesa, as companheiras e os companheiros do Movimento Sindical e do Movimento Social e as demais autoridades presentes.

Nesta oportunidade, lembramos que a Central Única dos Trabalhadores teve a primeira iniciativa de fazer o debate sobre a recriação da SUDENE. Foi iniciativa



da Central a vinda da Profa. Tânia Bacelar para participar da discussão sobre qual seria o pensamento do Governo em relação ao novo papel da SUDENE.

Essas iniciativas de debate e de envolvimento dos demais segmentos sociais em torno da recriação da SUDENE mostram que há nova concepção, na medida em que não se entrega a discussão apenas aos tecnocratas, mas à sociedade, a fim de que a Superintendência possa cumprir o seu papel. Só isso já representa inovação dentro desse processo.

Entretanto, algo que também poderia ser novo na SUDENE seria o controle social. Precisamos debater o controle social, não somente os Parlamentares. A sociedade civil deveria atentar para a importância de participar deste momento, a fim de garantir espaço dentro do controle social do conselho que será composto.

Está havendo um desequilíbrio muito grande na proposição de composição do conselho. A sociedade civil tem participação muito pequena, na medida em que são apenas 3 trabalhadores e 3 empregadores, que seriam empresários. Deveria estar se abrindo mais a participação da sociedade civil, considerando que a composição do conselho é mais governamental, caso se estabeleça que haverá 9 Governadores de Estado. Pelo projeto de lei, não está definida a quantidade de Ministros. Isso precisa ser definido. O projeto estabelece que os Ministros serão indicados pelo Presidente da República, mas não se sabe a quantidade de Ministros nem quais serão os Ministérios articulados com essa política. Precisamos debater, a fim de definir a quantidade de Ministérios que devem participar da composição desse conselho.

A SUDENE também deve estabelecer algumas ações articuladas não só com o Ministério do Planejamento, mas com outros Ministérios que tenham ações de desenvolvimento e sociais. O conselho tem de ter preocupação não só com a aplicação de recursos, mas também com o apontamento das diretrizes de desenvolvimentos social, econômico e ambiental.

Quanto aos diagnósticos, eles já foram abordados por muitas pessoas e dispensam comentários.

Sobre o que disse o Deputado Paulo Marinho, a respeito dos projetos que a CUT tem desenvolvido na captação profissional, no Estado do Maranhão, farei pequena reparação. Entre os projetos, há o de alfabetização, inclusive em Caxias, com várias turmas. Lembro ao Deputado Paulo Marinho que, devido ao número



elevado de analfabetos, a CUT está dando a contribuição de erradicar o analfabetismo não só em Caxias, mas em todo o Estado.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Sr. Pedro Espíndola, faço a seguinte observação: como as análises e avaliações já foram feitas, as pessoas devem concluir suas propostas de forma sucinta, porque, de fato, o Deputado Zezéu Ribeiro terá de se ausentar da Mesa, devido à sua viagem.

Tem a palavra o Sr. Pedro Espíndola.

O SR. PEDRO ESPÍNDOLA - Boa-tarde a todos. Não poderia deixar de comparecer a esta audiência pública, porque fiz parte da direção da SUDENE, juntamente com Aloísio Sotero, durante 2 anos, de 1998 a 2000, quando fomos expelidos de lá.

Muito do que foi dito aqui é verdade, mas nem tudo. A mais grave afirmativa é que a SUDENE (*falha na gravação*), com a qual não concordo. Se considerarmos o Nordeste hoje e o Nordeste de 40 anos atrás, perceberemos que houve evolução; se compararmos os períodos compreendidos entre 1995 a 2000 — nós os estudamos bem —, perceberemos que o crescimento do Nordeste sempre foi superior ao do PIB nacional... (*Falha na gravação.*) Comprovadamente, a estatística está na SUDENE, à disposição de todos.

As maiores dificuldades que encontramos na SUDENE foram o poder e a pressão política, que é muito forte sobre os seus técnicos. Os melhores quadros técnicos do Nordeste se encontram dentro da SUDENE. Digo isso porque... (*falha na gravação*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - (*Falha na gravação.*) Se possível, façam sua colaboração ao projeto por escrito e a remetam por e-mail.

Peço aos senhores a permissão de repassar a palavra ao nobre Relator, para que faça as suas considerações finais. O vôo de S.Exa. sairá às 13h30min. Portanto, está em cima da hora.

Esta é a proposta da Mesa. Se os senhores tiveram outra que contemple melhor a situação momentânea, por favor, nos apresentem.

A SRA. LENA - Pela ordem, Sra. Presidenta.



Imagino como está a cabeça do nobre Deputado ao olhar o relógio. Aliás, eu também controlava o horário daqui. Tive a iniciativa de pegar o microfone para saudar S.Exa. pelo empenho de fazer este debate. E quando o faz aqui, na casa política por excelência do Estado do Maranhão, quer discutir com os Deputados, com a sociedade, com o povo a recriação da SUDENE.

As manifestações do sociólogo Ricardo e do Deputado Wagner Lago, na minha avaliação, são irretocáveis. Um faz a apresentação dos anseios, das expectativas, da esperança, do que se quer para a SUDENE do século XXI. O Deputado Wagner Lago desnuda, desvela o que foi a SUDENE no Maranhão.

Para concluir, é de bom grado que se repense a SUDENE a partir da base, do povo, até para que possa ser a representação da classe trabalhadora. Três tomam conta do projeto, mas quem são esses trabalhadores e como eles serão indicados?

Peço ao Relator que leve esse recado a todos os que estão estudando o projeto e também ao Presidente da República, para que não fiquem brechas, para que não ocorra nada do que ocorreu no passado.

O Deputado Wagner Lago disse muito bem: precisamos de algo que impeça em definitivo a corrupção na nova SUDENE.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Deputada Lena.

Deputado Francisco Gomes, pedimos que faça a sua desistência ou...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO GOMES - Gostaria de participar deste debate e trazer a minha contribuição pessoal. Pediu-me a Senadora Roseana Sarney, que não pôde estar presente, que eu a representasse.

Pretendia trazer, como vou levar à Comissão, minha contribuição pessoal pela minha vivência em todos os trabalhos da SUDENE e de desenvolvimento do Maranhão. Iria abordar os percalços por que passa o nosso Estado, principalmente em relação à necessidade de preservarmos o meio ambiente. Vejo as nossas populações mais antigas como integrantes desse meio ambiente. Quando os grandes projetos chegam aqui, essa população é a primeira parte do meio ambiente a ser agredida. Queremos que, nesse desenvolvimento com a nova SUDENE, a população não seja apenas objeto, mas sujeito do seu próprio desenvolvimento.

Obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Obrigada, Deputado Francisco Gomes.

Com a palavra o Deputado Zezéu Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO - É uma situação extremamente incômoda passarmos por Cinderela, olhando para o relógio, vendo que vai dar meia-noite e é hora de ir embora. Não quero deixar o sapatinho de cristal aqui, mas dizer-lhes que a contribuição que trouxeram é enorme. A Deputada Terezinha Fernandes mencionou que a reunião foi gravada. Vamos ter acesso ao resultado dos trabalhos. Temos incorporado efetivamente as questões aqui apresentadas.

É preciso registrar o que disse o Dr. Pedro Espíndola: a importância que teve a SUDENE no Brasil e no desenvolvimento do Nordeste. Temos de compreender que ela passou por 3 momentos, que busquei caracterizar. No final, ficou restrita aos incentivos fiscais pura e simplesmente e esteve, em muitos momentos, assim como a sociedade brasileira, como toda essa sociedade patrimonialista que nós tivemos, a serviço das oligarquias regionais ou da elite nacional como um todo.

O Governo Lula é a chance de tardiamente implantarmos a República no Brasil. Vivemos em um Estado patrimonialista. Isso se rebate, inclusive, em relação às mudanças que temos de fazer no próprio aparelho de Estado, às resistências que temos junto a técnicos no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil — por exemplo, o entrave quanto à questão da renegociação da dívida. Estamos tendo grande dificuldade. A cada momento há uma norma do Banco Central que, em vez de facilitar, prejudica, dificulta, porque há tecnoburocracia que resiste a mudanças. E estamos fazendo isso no âmbito de um processo democrático, institucionalizado, com todo o respeito que tenho ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste. No aparelho do Estado ocorre a mesma coisa. É preciso saber quem são os responsáveis. O grande desafio é tardiamente implantarmos a República.

Na semana passada participei da Conferência Nacional das Cidades e vi representantes de todos os segmentos darem suas cotoveladas, mas todo mundo na planície, todo mundo igual, tanto os representantes do empresariado, das concessionárias, quanto os banqueiros, os trabalhadores. Este é o desafio que nos falta: construir democracia com todo mundo na planície, acabar com o privilégio. Se conseguirmos isso será uma revolução neste País. A SUDENE pode ser um



instrumento para se obter esse resultado, se as ações forem feitas com planejamento e controle social.

Gostaria de abordar muitas contribuições, mas quero referir-me a uma somente, levantada pelo companheiro João e por outros Deputados: os incentivos fiscais. Não faremos mais incentivos fiscais à moda antiga, à moda FINOR, que entregava um certificado de investimento com valor "x", que era vendido "x" sobre 10. A pessoa tomava o financiamento para aportar recurso, depois terminava falindo com o empreendimento. E o Estado ficava sócio daquela falência. Trata-se de patrimonialismo. Não faremos isso. Vamos criar e priorizar recursos, mas também trabalhar com capital de risco, com fundo de aval, com investimento direto. O art. 9º puro continuará a ser cumprido, mas vamos evitar esse outro tipo de manifestação. Em relação aos aportes, a avaliação é que eles venham por debêntures não-conversíveis, uma definição do Estado e não do empresário que renegocia a situação quando quer. Portanto, estamos buscando criar instrumentos de controle social efetivo, mas o maior controle é a participação da sociedade nos comitês gestores, no Conselho Deliberativo, a transparência e a informação.

Preciso sair correndo para não perder o vôo e deixar aqui o sapatinho de cristal.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Terezinha Fernandes) - Agradeço pela presença as todas as entidades, às senhoras e aos senhores, ao Sr. Isaías, Superintendente do Banco do Nordeste, ao Gerente Luciano Moreira, ao Sr. Ricardo, ao Deputado Francisco Gomes, ao Sr. João Rebelo, ao Sr. Luiz Carlos Cantanhede, ao Deputado Zezéu Riberio, que gentilmente concordou em vir aqui, enfim, a todos os Deputados Estaduais e Federais que nesta reunião compareceram.

Está encerrada a reunião.